

ATA Nº 7
REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E
DEZOITO

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, no Auditório da União das Freguesias, sita na Avenida de França nº 1095/1097, em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte: -----

ORDEM DE TRABALHOS -----

PRIMEIRO PONTO – Informação da Senhora Presidente da Junta da União das Freguesias sobre a atividade da mesma; -----

SEGUNDO PONTO – Discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018. -----

A Mesa, presidida por **Jorge Paulo da Silva Oliveira** e secretariada por **Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa** e **Fernanda Gabriela de Sá Alves Peliteiro**, todos eleitos pela Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP, assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

António José dos Santos Oliveira – Partido Socialista. -----

Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo - Partido Socialista. -----

João Pedro Sampaio Araújo - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP. -----

Joaquim Moreira de Pinho - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP. -----

Manuel António de Sousa Mesquita - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP. -----

Mónica Alexandra Fernandes Gomes - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa - Partido Socialista. -----

Verificou-se a falta dos eleitos: -----

Ana Rita Oliveira Pinto - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP., substituída por: -----

Isabel Maria Carneiro Silva Pimenta-----

Bruno Manuel Alves da Silva - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP.- **Justificada**.-----

Mariana Fraga Oliveira - Partido Socialista - **Justificada**. -----

Verificado o “quórum” deu-se início à sessão com o período de: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O **Presidente da Assembleia da União das Freguesias**, cumprimentou a assembleia e informou que foi apresentado um pedido de substituição da eleita Ana Rita Oliveira Pinto, que desempenha igualmente funções de Segunda Secretária da Mesa, pelo que imediatamente convidou para a substituir e auxiliar nos trabalhos da Mesa a eleita Fernanda Gabriela de Sá Alves Peliteiro.-----

Informou que, eventualmente, poderia vir a ser marcada uma assembleia extraordinária na quinzena seguinte, indicativamente para os dias oito ou nove de outubro, para apreciar uma proposta para a celebração de um protocolo versando sobre um apoio financeiro a atribuir pela Câmara Municipal à Junta da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, bem como à Junta de Freguesia de Gavião para as obras a levar a efeito na Praceta e Rua de São Vicente, sugerindo que durante a reunião, ou no final da mesma, as forças políticas pudessem adiantar qual a hora e o dia que consideravam mais ajustados para a realização da referida reunião que se podia presumir vir a ser relativamente rápida já que disporia apenas de um ponto na Ordem de Trabalhos e não haveria período de antes da ordem do dia.-----

Colocou de seguida à apreciação e votação a ata numero seis, relativa à reunião do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, solicitando a dispensa da sua leitura dada a extensão da mesma e o facto de ter sido previamente distribuída, aproveitando para saudar a segunda secretária da Mesa, Ana Rita Oliveira Pinto, responsável pela sua elaboração e pelo esforço de densificação que empregou. -----

Colocada à discussão, o eleito **Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo**, pediu o uso da palavra, para perguntar porque razão nela se podia ler *“Verificou-se a falta dos eleitos: Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo - Partido Socialista e Paulo Miguel Navio Vieira da Costa - Partido Socialista, este último foi substituído por Ana Maria Pinheiro Correia Barroso”*. -----

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, esclareceu que, o eleito Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, ocupava o quarto lugar efetivo da lista do Partido Socialista. O primeiro, era o eleito António José dos Santos Oliveira, o segundo, o eleito Paulo Miguel Navio Vieira da Costa e, a terceira, a eleita Mariana Fraga Oliveira. Ao ser apresentado um pedido de substituição do segundo eleito da lista, a Mesa interpretou que a substituta que compareceu à reunião, visava exatamente substituir aquele eleito. Só tendo comparecido um membro da lista substituto só um membro efetivo podia se considerar como tendo sido substituído. Apesar de não ter sido substituído, a falta do eleito Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, estava considerada como justificada.-

António José dos Santos Oliveira, pediu a palavra para esclarecer, adicionalmente, que o eleito Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo foi substituído por Higinio Manuel da Cruz Campos Sanches, só que este não compareceu, nem justificou. Manifestou

concordância com o entendimento expresso pelo Presidente da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, sugeriu que a ata fosse retificada no sentido de nela se fazer constar expressamente que a falta de Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo estava justificada. -----

Colocada à votação a ata numero seis, com a correção sugerida, foi a mesma aprovada, por maioria, com oito votos a favor e duas abstenções dos eleitos João Pedro Sampaio Araújo e Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, por não terem participado na referida reunião de vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito a que a ata respeitava. A substituta, Isabel Maria Carneiro Silva Pimenta, entrou em momento posterior a esta votação. -----

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o eleito **António José dos Santos Oliveira**, pediu a palavra para justificar a ausência da eleita Mariana Fraga Oliveira que, sentindo-se repentinamente indisposta, se deslocara ao hospital para poder ser medicamente observada e acompanhada, circunstância que poderia, inclusivamente, ditar a sua eventual saída antes do término dos trabalhos. Pelas razões invocadas e pela impossibilidade de apresentar um pedido de substituição, dada a imprevisibilidade do acontecimento, solicitou que aquela falta fosse considerada justificada e compreendida a sua própria eventual saída precipitada. -----

Ainda no período de Antes da Ordem do Dia, o eleito **Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo**, usou da palavra, para formular um conjunto de questões que dirigiu à Senhora Presidente da Junta de Freguesia. Começou por aludir ao facto de ter recebido a documentação da assembleia, inserta num envelope timbrado da autarquia, onde constava como morada a Rua de São Julião, pelo que questionou onde era naquele momento a sede da Junta da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. Seguidamente questionou a Senhora Presidente da Junta, sobre o que se passava com o chafariz da Matriz Velha. Congratulou-se com o corte das árvores e o arranjo dos passeios junto à “Ribapão” mas questionou quem havia procedido àquele arranjo, se fora a Câmara Municipal ou a Junta. Trouxe a debate o muro que divide as freguesias de Calendário e de Vilarinho das Cambas, na Rua Machado dos Santos, uma rua que tem entrada por Calendário. Questionou também o executivo no sentido de saber se a Senhora Presidente da Junta era consultada sobre a realização de festas no centro da cidade. Ainda sobre o centro da cidade e sobre a renovação da iluminação, que procedeu à substituição das lâmpadas existentes por lâmpadas Led, fez notar que no dia em que essa substituição ocorreu, um dos postes na zona onde reside, deixou de funcionar, situação que se mantém há quatro meses, perguntando sobre qual a razão para o sucedido. Aludiu, também, à última visita que fez ao cemitério, onde o encontrou arranjado e onde pode constatar que o funcionário havia sido munido de baldes e vassouras novas, questionando se essa circunstância se devia à proximidade do Dia de Todos os Santos ou da realização da assembleia. Aproveitou também para questionar porque razão haviam treze campas em terra quando o próprio fora informado que os proprietários dos terrenos, uma vez adquiridos estes, dispunham de três meses para efetuar as obras nos mesmos e esse tempo já havia sido ultrapassado. Perguntou também se porventura a legislação havia sido alterada no sentido de permitir que quem

vivia e residia na freguesia de Vila Nova de Famalicão pudesse comprar um terreno no cemitério de Calendário e se essa compra era possível mesmo que ninguém tivesse falecido. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, em resposta ao eleito Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, informou que os envelopes da autarquia onde se faz referência à Rua de São Julião, eram envelopes antigos que a Junta entendeu que os podia aproveitar para inserir a documentação solicitada pelos membros da assembleia que exerceram essa faculdade, frisando que nenhuma dúvida subsistia de que a sede da União das Freguesias era na Rua Adriano Pinto Basto. Esclareceu que a Câmara Municipal informava a Junta da realização de festas no centro da cidade, sejam estas realizadas por aquela autarquia ou pelo Gestor do Centro Urbano, para as quais, ademais, era sempre convidada. Informou que foi a Câmara Municipal quem procedeu ao corte das árvores e ao arranjo dos passeios junto à “Ribapão”. Assumiu que iria procurar saber o que se estava a passar com o chafariz da Matriz Velha, não dispondo, naquele momento, de informação extra que pudesse adiantar. Relativamente à Rua Machado dos Santos afirmou não vislumbrar propriamente nenhum muro a dividir a freguesia dado que esta via simplesmente não tinha saída, terminando naturalmente num muro que limita a propriedade privada confrontante. Afirmou, ainda, que esse muro não corresponde ao limite territorial das freguesias, limite esse que fica numa rua situada nas traseiras da Rua Machado dos Santos. Quanto ao cemitério de Calendário esclareceu que as pessoas que residiam em Vila Nova de Famalicão podiam aí comprar terrenos, e que muitos o têm feito. Disse, também, que existe um espaço junto aos “gavetões” que a Junta está a alienar às pessoas mais necessitadas, estando o mesmo praticamente todo vendido, porque há pessoas que estão nos “gavetões” mas pretendem passar para a “terra” e querem comprar. Informou que, pelo menos três pessoas já o fizeram. Disse que no dia anterior a Junta procedera a uma limpeza do cemitério, mas que rapidamente, as ervas crescem, podendo haver momentos em que esteja menos bem. Informou que de facto a Junta adquirira quarenta novos baldes, mas que estes, aliás como as vassouras, desapareciam com muita frequência, não necessariamente porque fossem roubados, mas porque inadvertidamente as pessoas os levavam para os carros em que se deslocaram. Disse que a limpeza, levada a efeito no dia anterior, nada tinha a ver com a assembleia, mas com a preocupação que a Junta tem para com as pessoas que o frequentam, as únicas que a preocupam. ----- Terminado o período de “Antes da Ordem do Dia”, passou-se de imediato ao período da: -----

ORDEM DO DIA -----

PRIMEIRO PONTO – Informação da Senhora Presidente da Junta da União das Freguesias sobre a atividade da mesma; -----

Presidente da Junta da União das Freguesias destacou o pagamento dos subsídios às associações para o desenvolvimento das suas atividades, colocando ao dispor

daqueles cerca de quarenta mil euros, verba distribuída por associações desportivas, recreativas e culturais, colocando-se ao dispor dos membros eleitos para as questões que entendessem convenientes. -----

António José dos Santos Oliveira, considerou que a Senhora Presidente da Junta era muito parca a explicar aquilo que estava escrito. Considerou que, no documento que fora distribuído, haviam situações que lhe mereciam algumas reservas e que, naturalmente, gostaria de ver esclarecidas, tanto mais que a Senhora Presidente afirmara que tudo o que constava do documento era o resultado da atividade da Junta de Freguesia. Admitindo que a Junta de Freguesia pudesse receber inúmeros convites, para inúmeras atividades, e sem pôr em causa a qualidade em que a Presidente da Junta nelas participava, nem tão pouco a justeza ou necessidade dessa participação, manifestou que gostava de ser esclarecido sobre algumas das iniciativas descritas, referindo-se em concreto à Homenagem da Professora Edna Cardoso. Disse que independentemente das convicções políticas de cada um, a Professora Edna Cardoso, era uma pessoa que merece e sempre mereceu o respeito de todos. Fora uma mulher admirada pela sua coragem e frontalidade e até por aquilo que ela nos últimos anos de vida sofreu, não só em termos de saúde, mas também em termos de alguma perseguição que lhe foi feita, por tudo isso e pela amizade pessoal que por ela nutria, a mesma lhe merecia muito respeito. Afirmou, contudo, não perceber até que ponto é que a Junta de Freguesia pudesse ter sido convidada para aquela homenagem que apoiava, e que pessoalmente, lhe causara tristeza pelo facto de não poder ter estado presente, por dela não ter tido conhecimento. De igual modo, afirmou não descortinar porque razão foi a Junta de Freguesia convidada para estar presente no quadragésimo aniversário do CDS, já que esta iniciativa nada parecia ter a ver com a atividade da Junta. Questionou também porque razão nos dias dezanove de agosto e nove de setembro último, a Junta de Freguesia fora participar em atividades fora do concelho e da freguesia. Perguntou, também, sobre o estado em que se encontrava a Escola Conde São Cosme, salientando que mais importante que informar sobre a visita à mesma, era informar sobre o andamento das obras e a previsão do seu término, na perspetiva dos membros da assembleia, das famílias, das crianças e dos professores que a frequentam. Sobre o cinquentenário da Escola Júlio Brandão, referiu que essa informação lhe parecia estar incorreta dado que o cinquentenário seria da Escola Camilo Castelo Branco. Sem embargo, afirmou que o que gostaria de saber, não era comemoração em si, mas o resultado dessa e de outras visitas, era de saber se a escola estava em boas condições, se tinha professores e funcionários em numero suficiente. Sobre a entrega de donativos às associações perguntou porque razão os subsídios atribuídos à “Associação Dar as Mãos” e “Dadores de Sangue” foram identificados separadamente. Por fim, fez alusão ao aparecimento de uma nova e importante associação, a “Associação dos Hemofílicos”, questionando o executivo sobre a não atribuição de apoio financeiro. -----

João Pedro Sampaio Araújo, defendeu que era importante a Junta de Freguesia estar presente em todas as iniciativas para as quais era formalmente convidada. Quanto às associações realçou como positivo o facto de na área territorial da união das freguesias

haver muitas e que, por certo, eram acarinhadas pela Junta de Freguesia. Afirmou, contudo, que era importante saber quais as associações que solicitavam apoios para se poder fazer um balanço, sobre quem já fora apoiado e quem o poderia vir a ser no futuro. Relativamente às escolas, corroborou na ideia de que as visitas eram importantes, mas conhecer o plano de ação das obras em cada uma delas era igualmente importante. Questionou a Junta de Freguesia no sentido de saber qual a sua opinião sobre o elevado excesso de crianças que hoje estavam concentradas nas escolas da cidade por força de decisões governativas advindas da pressão dos partidos de esquerda mais radicais que o apoiam. Aludiu, em concreto, ao trânsito caótico que hoje se verifica na cidade a algumas horas do dia. Embora reconhecendo que essa não era uma responsabilidade da Junta de Freguesia, interpelou esta no sentido de saber se tem sido procurada por pais ou associações de pais para colocar preocupações a este nível e qual o nível de preocupação demonstrada. -----

António José dos Santos Oliveira, retomou a palavra começando por referir que já começava a estar habituado ao sacudir de responsabilidades por parte dos elementos da Coligação Eleitoral do PSD-CDS/PP. Referiu que o problema do trânsito na cidade, era um problema que os eleitos do Partido Socialista já suscitaram em outras ocasiões, esperando que a retoma do tema, agora por parte também dos eleitos da Coligação Eleitoral do PSD-CDS/PP, pudesse significar que a maioria iria enfrentar uma situação, que reputou de vergonhosa. Disse que a responsabilidade das escolas era da Câmara Municipal, que as obras nas mesmas eram da Câmara Municipal, pelo que não valia a pena argumentar que o governo nos últimos três anos nada fizera. Frisou que essa acusação lhe era indiferente, pois não era do Partido Socialista, apesar de ter sido eleito pelo Partido Socialista. Renovou o seu entendimento de que as informações da Senhora Presidente da Junta não se deviam cingir apenas à identificação das visitas efetuadas, porquanto à Assembleia, enquanto órgão deliberativo devia ter conhecimento de como é que as coisas estavam a acontecer. Deu como exemplo, que era notório que a Escola Conde São Cosme estava em obras e isso toda a gente sabia. O que interessava era poder saber, para poder dizer às pessoas, quando é que estava prevista a conclusão das obras em curso. Concordou com o eleito João Pedro Sampaio Araújo de que a representação dos elementos do executivo em iniciativas era uma oportunidade para contactar com outros autarcas e sobretudo com a população. Deixou um repto à Senhora Presidente da Junta e aos restantes membros do executivo e da assembleia, para no próximo dia cinco de outubro, comparecerem na homenagem que iria ser feita a Adelina Ortiga, uma militante do Partido Socialista e uma pessoa que já fez parte durante muitos anos desta assembleia.-----

João Pedro Sampaio Araújo, retomou o uso da palavra, para esclarecer que quando suscitara a questão das escolas não se referia às obras nas mesmas, mas sim à decisão governativa, forçada pelos partidos mais à esquerda, muito concretamente o decretar o fim dos contratos de associação no concelho de Vila Nova de Famalicão, que originou uma enorme transferência de alunos para as escolas do centro da cidade, circunstância que originou os problemas que hoje se conheciam ao nível do trânsito. -----

Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, lembrou que num anterior mandato e enquanto membro da assembleia de freguesia, defendera a realização de um debate sobre o trânsito junto à zona escolar, mas que, infelizmente, nunca tivera lugar. Dirigindo-se ao eleito António José dos Santos Oliveira, referiu que dos quatro eleitos pelo Partido Socialista, ele era o único militante, mas que sempre defendera que um candidato deveria ter minimamente a ideologia do partido pelo qual concorria, pelo que foi com alguma surpresa que ouviu o companheiro de lista afirmar que não era do Partido Socialista. -----

Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa, elucidou o eleito Antonio José Santos Oliveira que a Escola Júlio Brandão fora criada em nove de setembro de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, pela Portaria número vinte e três mil e seiscentos, daquele mesmo dia. Referiu que as primeiras instalações ficaram sedeadas na Escola Industrial, tendo transitado para os prefabricados. Em mil novecentos e oitenta e seis passara definitivamente para o edifício onde atualmente se encontrava. Mais referiu que os primeiros alunos foram recebidos no ano letivo 1987/88. Quanto à Escola Conde São Cosme, referiu que a obra em curso fora objeto de um concurso publico, iniciadas no corrente ano, sendo que o prazo de conclusão era de trezentos e sessenta e cinco dias. Realçou que esses dados eram públicos, considerando indevida a acusação de que a coligação PSD/CDS-PP estaria a sonegar informação. Destacou que aquela obra em concreto era da responsabilidade da Câmara Municipal, e que o Senhor Presidente da Câmara aquando da visita a que se refere a informação da Senhora Presidente da Junta informara que a obra estaria concluída pelo natal, informação que foi veiculada pela comunicação social. Relativamente ao trânsito, reconheceu que o mesmo não estava bem, e sem prejuízo do contributo que todos podiam dar para o melhorar, e de todos poderem ter até ideias para essa desejada melhoria, a verdade é que não era legítimo culpabilizar a Senhora Presidente da Junta e o executivo por uma responsabilidade que era da Câmara Municipal. -----

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, explanou que era entendimento da Mesa que o Ponto da Ordem de Trabalhos em que se encontravam deveria ser encarado com grande amplitude e não servir apenas para colocar questões e obter respostas do executivo a propósito dos temas insertos na informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia. -----

António José dos Santos Oliveira, novamente no uso da palavra, admitiu que sobre a Escola Júlio Brandão estaria errado, um erro provocado com a confusão que o próprio fez com a abertura da Escola Camilo Castelo Branco, ou seja, o antigo liceu. Esclareceu o eleito Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, que nunca dissera que não era socialista, ou melhor queria dizer que não era militante do Partido Socialista, mas o seu coração era do Partido Socialista. Dirigindo-se ao eleito Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa, afirmou que numa cidade cada vez mais feia, mais suja, com mais buracos e com mais pessoas que não gostam do que nela se passava, os famalicenses conviviam, não com um departamento de informação, mas com um departamento de propaganda, que o Partido Socialista reconhecia ser muito forte no município de Vila Nova de Famalicão, e que fora o mesmo que anunciara que as obras estariam prontas no natal.

O Partido Socialista dispensava a Senhora Presidente da Junta de vir dizer que as obras estariam prontas no dia trinta e um de dezembro, pretendendo tão somente que Senhora Presidente da Junta dissesse que fora visitar a escola e que as obras provavelmente estariam, ou não, prontas dentro do prazo. Neste caso, referiu que eventualmente seria melhor não dizer que iriam ficar prontas em dezembro, porque seguramente isso não iria acontecer. Argumentou que a propaganda da Câmara Municipal adiantara que iríamos ter uma prenda de Natal, mas o Partido Socialista não queria que a Senhora Presidente da Junta dissesse aquilo que o departamento de propaganda dizia, mas apenas que fosse capaz de dizer aos famalicenses, que aquela escola iria efetivamente ficar pronta na data prevista, muito embora fosse do conhecimento de todos que a sua ocupação só iria ocorrer no próximo ano letivo. Dirigindo-se ao eleito Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa, afirmou que não competia à Junta resolver o problema do trânsito na cidade, mas considerava que a Senhora Presidente da Junta, não tinha de ser a rainha de Inglaterra, apesar de ser mais bonita que a rainha de Inglaterra, mas questionava-se para que serviria, afinal, a Junta de Freguesia, senão para fazer pressão junto da Câmara Municipal, fazer pressão junto de quem tinha de fazer para que as coisas acontecessem. Manifestou a opinião de que a Junta da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário tinha muito mais poder do que a Câmara Municipal para gerir a União das Freguesias desde que assim o quiséssemos e tivéssemos vontade para tanto. De igual modo, considerou que a Assembleia da União das Freguesias era muito mais forte que a Câmara Municipal para decidir o que se passava no seu território, dizendo perentoriamente de que eles, Câmara Municipal, não podia passar por cima de nós a não ser que a gente se agache para que isso acontecesse. Diz que era exatamente isso que tinha vindo a acontecer, situação contra a qual os eleitos do Partido Socialista sempre lutaram. Em Vila Nova de Famalicão e Calendário quem mandava era a Junta e Assembleia, afirmou, competindo aos representantes destes órgãos dizer para onde queriam ir e para onde iam, caso contrário, não estavam ali a fazer nada. Considerou que nunca a Junta de Freguesia, antes e depois da reforma territorial autárquica, revelara ter capacidade de se colocar no lugar que lhe competia e a que tinha direito. Afirmou que a Junta sempre se encostara à Câmara Municipal. Disse que o Partido Socialista não alinhava nessa conduta e independentemente de quem estivesse no poder municipal iria sempre exigir que tinha o dever de fazer com que as coisas acontecessem, o fizessem. Não vamos ficar calados, nem quietos, assegurou.--

Presidente da Junta da União das Freguesias, disse que a informação escrita era um documento que tinha na sua base a intenção de resumidamente identificar uma data, um sítio, documento este que não era dirigido à população, mas apenas aos membros da assembleia. Disse que todas as perguntas podiam ser feitas pois ali estava para responder. Sobre a Escola Conde S. Cosme, não se atrevia afirmar que em dezembro as obras estariam concluídas, mas podia assegurar que no dia vinte de outubro próximo, teria lugar a homenagem aos ex-combatentes. Realçou que a primeira obra era da Câmara Municipal, a segunda da Junta. Acrescentou que a visita às obras, que havia feito na mera qualidade de convidada, os pais mostraram satisfação com o desenrolar das mesmas. Quanto aos convites, esclareceu que participara como autarca a convite

do PSD na Homenagem à Professora Edna Cardoso, salientando que lá encontrou outras mulheres autarcas de freguesia e da assembleia municipal. Aproveitou para dizer que o Partido Socialista nunca a convidou para nenhuma iniciativa e quando a convidar nessa qualidade não lhe custaria estar presente. Afirmou que participou na iniciativa do CDS/PP também ele uma homenagem às mulheres autarcas. Quanto aos convites de Ponte de Lima e de Viana do Castelo, esclareceu que a Junta se fez representar em ambas as iniciativas a convite das respetivas câmaras municipais, uma vez que nos eventos participava a “Amarcultura”, uma associação da freguesia de Calendário, que vem participando nestes mesmos em anos anteriores. Disse que a separação dos donativos à Associação Dar as Mãos e Dadores de Sangue, das demais associações, resultava do facto de se tratarem de associações que atuam na área da ação social. Informou que já reunira com o Presidente da Associação dos Hemofílicos, mas ainda não tinha sido decidido até ao momento o apoio a acontecer, o mesmo se passando com a “Liga Contra o Cancro”, uma nova associação. Revelou que havia uma boa relação da Junta com todas as associações de pais e que têm procurado dar resposta a todas as solicitações. Afirmou que Vila Nova de Famalicão não era mais uma Junta, porque tinha de haver uma Junta. Garantiu que todos os dias recebia pessoas em Famalicão e todos os dias ia Famalicão, tratar dos problemas. -----

SEGUNDO PONTO – Discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, esclareceu que a proposta visava dar resposta a uma necessidade da freguesia, muito concretamente o serviço de correios, que estava a funcionar, com sucesso, nas instalações da sede de Calendário. Referiu que a pessoa que desempenhava as tarefas naquele serviço era avençada e auferia o salário mínimo nacional, uma situação precária que era importante ultrapassar, daí a alteração proposta ao mapa do quadro de pessoal. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, começou por referir que da leitura inicial que fizera do documento ficara com a ideia de que a alteração proposta visava acrescentar um posto de trabalho no serviço dos CTT e não mudar a situação laboral da funcionária adstrita àquele serviço. Perguntou, por isso, se a autarquia iria continuar com o mesmo número de trabalhadores, embora com uma relação contratual diferente com a autarquia. Recordou que no dia vinte e dois de dezembro do ano passado, em sede de Assembleia da União das Freguesias, se abordara exatamente da possibilidade de aumentar o número de pessoas a prestar serviço dos CTT até para facilitar a vidas das pessoas o que seria alcançável com a um alargamento do horário de funcionamento daqueles serviços. Reafirmou que, tal como já o havia dito no passado, o serviço dos CTT é um serviço útil e faz falta à população de Calendário, mas advoga que, de igual modo, era importante que as pessoas que trabalham possam ter maior disponibilidade de acesso a esse serviço. Pensava que a proposta em apreciação vinha no sentido de contrariar o facto do horário de funcionamento dos serviços dos CTT coincidir com o normal horário de trabalho das pessoas, mas que afinal, isso não iria acontecer,

porquanto depreendia que a única alteração proposta era uma alteração contratual com a funcionária que já aí prestava o seu trabalho. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, em resposta à interpelação esclareceu que a proposta visava criar mais um posto de trabalho em termos de mapa de pessoal, circunstância que permitiria alterar a relação contratual com a funcionária avençada a prestar serviço nos CTT. Acrescentou que, durante dois meses os serviços dos CTT funcionaram também durante a hora de almoço e que de acordo com os dados fornecidos pelos CTT cerca de 45% das pessoas de Vila Nova de Famalicão se deslocam aos CTT de Calendário. Afirmou que a questão do alargamento do horário de funcionamento fora equacionada, tendo a Junta manifestado disponibilidade para assegurar o serviço ininterruptamente, ou seja desde as 08h30 às 18h30, desde que os CTT colocassem uma segunda funcionária no serviço. Informou que a Junta recebe em média 500 euros de comissões dos CTT, uma quantia não é ainda suficiente para suportar na íntegra os custos com a funcionária alocada ao serviço, que são de 685 euros. Esclareceu, igualmente, que os CTT também solicitaram um espaço na sede da Junta em Vila Nova de Famalicão, mas essa intenção não avançou porque a Junta não estava em condições para suportar dois vencimentos. -----

Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, começou por reafirmar que sempre fora contra a instalação dos correios nas juntas de freguesia. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia questionou este onde poderia consultar o contrato celebrado entre a Junta e os CTT, pois gostaria de conhecer os termos em que mesmo fora outorgado. Lamentou, de seguida, só se falar dos CTT de Calendário e não dos CTT de Vila Nova de Famalicão. Contou que tivera de levantar um registo e tendo-se deslocado aos serviços dos CTT de Vila Nova de Famalicão aí chegado fora informado que esse levantamento tinha de ser feito em Calendário. Tendo questionado o motivo que justificava essa imposição, foi-lhe comunicado que Calendário era mais perto, circunstância que não correspondia à verdade. Por isso perguntou sobre quem é que determinava as áreas de intervenção dos correios, se eram os CTT ou a Junta de Freguesia. Perguntou, ainda, sobre a existência ou não de contrapartidas financeiras por parte dos CTT que permitissem e justificassem todos os gastos com a sua instalação na sede em Calendário, desde logo em obras de adaptação. Perguntou, também, se eram os CTT quem mandava na sede de Calendário da Junta da União das Freguesias.

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, em resposta à interpelação que lhe fora dirigida pelo eleito Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, informou que nos termos do regimento e da lei, competia ao Presidente da Mesa, solicitar à Junta da União das Freguesias, todos os documentos que lhe hajam sido pedidos pelos eleitos do órgão deliberativo, obrigação que iria cumprir escrupulosamente formalizando junto do órgão executivo que seja facultada cópia do contrato celebrado entre a os CTT e a Junta da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. -----

João Pedro Sampaio Araújo, pediu aos eleitos do Partido Socialista clareza sobre o seu entendimento político a propósito da matéria em apreciação. Referiu que tinha de um lado, um eleito do Partido Socialista a reclamar a alocação de mais meios humanos

aos serviços dos CTT a funcionar na sede de Calendário e, de outro lado, um segundo eleito do Partido Socialista a manifestar-se contra a instalação dos correios nas sedes das juntas de freguesia. Referiu, em nome da sua bancada, que os CTT eram uma empresa privada, pelo que tinha de haver um equilíbrio entre aquilo que era o dinheiro publico aplicado e o serviço publico que era prestado. Disse que as juntas de freguesia não podiam ser geridas apenas pelo prisma da sustentabilidade financeira dos serviços que prestava, devendo igualmente ser geridas no sentido de colmatar as necessidades das pessoas. Referiu que aquilo que a Junta de freguesia recebia dos CTT era insuficiente para cobrir os custos que estavam inerentes à sua localização na sede da Junta de Freguesia, mas isso decorria da responsabilidade acometida aos autarcas de melhorar a qualidade de vida dos seus eleitores. -----

Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, em resposta ao eleito João Pedro Sampaio Araújo, esclareceu que não era contra os correios, estes teriam sempre de existir, era sim contra o sistema que se estava a implantar, ou seja, o encerramento de Postos autónomos dos CTT, para depois serem instalados numa junta de freguesia. Mais referiu que o dinheiro publico que estava a ser afeto a favor de uma empresa que era privada, como era o caso dos CTT, podia ser utilizado para a feitura de mais obras, e dessas também resultavam melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. -----

João Pedro Sampaio Araújo, replicando as declarações do eleito Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo, perguntou que obras podia a Junta fazer com o pouco dinheiro que poderia eventualmente poupar por não ter o serviço dos CTT. Disse que a diferença entre aquilo que recebia daquela empresa e os gastos que tinha com a prestação dos serviços postais na sede da Junta, resultava numa quantia muito pequena. Disse que fazendo um balanço entre as duas opções possíveis, a enveredada pela Junta de Freguesia lhe parecia a mais proveitosa em termos da melhoria da qualidade da vida das pessoas. Salientou que, ao contrário da conceção do Partido Socialista, para a Coligação PSD/CDS-PP, as obras não eram apenas tijolos e cimento. A disponibilidade para oferecer outro tipo de serviços era igualmente muito relevante para quem queria colocar as pessoas em primeiro lugar. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, contestou a visão expendida pelo eleito João Pedro Sampaio Araújo. Afirmou que, eventualmente, era aquele quem se contradizia, uma vez que começou por assumir que os CTT eram uma empresa privada para logo de seguida culpabilizar os anteriores governos pelo encerramento das suas estruturas. Reafirmou a posição que tinha assumido na sua primeira intervenção, no sentido de reconhecer a importância de colocar o interesse das pessoas em primeiro lugar, sobrepondo-se os benefícios da população à vertente económica da decisão. Salientou que a Junta de Freguesia tinha um orçamento, que tinha de respeitar e de jogar com ele. Mais referiu que, a sua intervenção inicial, teve como objetivo clarificar um erro de análise, quando partira do pressuposto que o documento em apreciação conduzia a um aumento do número de pessoas a laborar naquele serviço, o que não era o caso. Revelou que gostaria que o serviço pudesse ser prestado de forma mais alargada, já que estava fechado durante duas horas, circunstância que poderia ser colmatada com um part-time que por certo não seria muito expressivo tendo em conta aquilo que era é

o orçamento da União das Freguesias que rondava os quinhentos mil euros. Disse que um trabalhador a meio tempo, no final do ano poderia representar quatro mil euros, uma verba reduzida tendo em conta os benefícios que daí adviria para a sociedade. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, explicou a razão de ser de algumas obras que foram feitas aquando da implantação dos serviços dos CTT, muito concretamente as relativas à instalação de uma porta que, além de tornar o edifício mais seguro, tinha vantagens do ponto de vista da sua eficiência térmica, oferecendo condições de maior conforto a quem nele trabalhava ou ao mesmo se deslocava. Relativamente à definição de zonas, disse que essa não era uma responsabilidade da Junta, a qual tem solicitado aos CTT para que não aumente o giro que hoje já abrange zonas de Brufe, Antas e Calendário. Quanto à colocação de uma nova funcionária em regime de part-time, disse que isso implicaria um aumento de despesa, mas o mais urgente era resolver a situação pendente e precária da funcionária adstrita aos CTT. Sem embargo, adiantou que não se podia, sem mais, colocar uma qualquer pessoa em part-time, pois era preciso que a mesma recebesse previamente formação. Referiu que num espaço que alberga os serviços da Junta, um Espaço do Cidadão e os CTT, era uma obra relevante, não no sentido material do termo, mas na melhoria da vida dos cidadãos. -----

Posta à votação, a proposta constante do ponto dois da ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada, por maioria, com nove votos a favor dos eleitos da Coligação PSD/CDS-PP e do eleito do Partido Socialista, Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, e um voto contra do eleito do Partido Socialista, Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo. O eleito do Partido Socialista, António José dos Santos Oliveira, justificadamente já se havia ausentado antes desta votação. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, pediu a palavra para sugerir que a assembleia extraordinária a que o Presidente fez referência no início da sessão, deveria ocorrer como habitualmente pelas 21h00 horas. -----

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, solicitou a aprovação da deliberação acabada de fazer em minuta de ata, proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

Houve um pedido de intervenção por parte do público. -----

David Oliveira, em nome da Associação de Moradores de Lage e S. Miguel-o-Anjo, começou por referir que sempre que associação precisava de algo, fora sempre recebida com respeito e consideração por parte da Junta da Freguesia, circunstância

que agradecia. Referiu que vivia numa comunidade onde residam algumas pessoas de etnia cigana, nomeadamente na zona da Lage, onde se assistia por vezes a algumas faltas de civismo. Salientou que, nos últimos tempos, haviam manifestações de algum medo por parte das populações sobretudo na Rua junto ao Campo de Futebol da União Desportiva de Calendário, porquanto, há um elevado número de animais que vivem na rua, alguns deles de grande porte e que causam receio e inquietude a quem por ali tem de passar. Afirmou que tem recebido muitas queixas das populações nesse sentido, sobretudo das famílias das crianças e jovens que frequentam o referido equipamento desportivo. Pediu à Assembleia que registasse aquela preocupação e não deixasse de a acompanhar. Aproveitou, ainda, para pedir que no próximo orçamento da Junta fosse dotado de verbas para fazer face à necessidade de reparar algumas vias que, por força de maus hábitos de muitos empreiteiros, estavam em más condições. Disse que alguns empreiteiros executavam obras como as de colocação de saneamento, gás e água, mas deixavam o pavimento e os passeios em estado lastimável. Solicitou que houvesse uma fiscalização mais atenta a essas obras para que os empreiteiros deixassem direito o que tinham encontrado direito. Terminou a sua intervenção referindo que as populações de Lage, Bairral e S. Miguel-o-Anjo, estavam bastante satisfeitas com o facto dos CTT funcionarem na sede de Calendário. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, informou que além das conversas com os membros da associação cujo seu representante acabara de usar da palavra, também já abordara o assunto com a União Desportiva de Calendário que, de igual modo, lhe manifestara grandes preocupações. A preocupação estendia-se aos pais das crianças que frequentavam o Jardim de Infância. Confirmou também os factos descritos por David Oliveira relativamente às obras na via pública o que motivara a Junta a dar conhecimento daquelas ocorrências ao Senhor Vereador das Freguesias, não deixando de assinalar que todos aqueles casos não podiam repetir-se. Informou que a Junta dava parecer sobre as obras a realizar na via pública, mas a fiscalização das mesmas, cuja intensificação insistia, essa competia à Câmara Municipal. Mais informou que nos pareceres que a Junta emitia tinha sempre o cuidado de fazer alusão à necessidade de deixar as vias tal como se encontravam antes da intervenção. -----

A reunião foi encerrada pelas vinte e três horas e quinze minutos.-----

Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

Registo de Presenças; -----

Os Documentos referentes aos pontos um e dois. -----

O Presidente

Jorge Paulo da Silva Oliveira

O Primeiro Secretário

Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa

A Segunda Secretária

Fernanda Gabriela de Sá Alves Peliteiro